

SOBRE A FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Debates clássicos, conflitos modernos e a Virada Linguística Contemporânea

ON THE PHILOSOPHY OF LANGUAGE

Classical debates, modern conflicts, and the Contemporary Linguistic Turn

Doramis Dória Oliveira

Mestranda em Filosofia pela Universidade Federal de Sergipe. Aracajú, Sergipe, Sergipe, Brasil. E-mail: doramis.fil@gmail.com

Resumo: Este artigo pretende abordar brevemente alguns momentos da jornada da filosofia da linguagem, trazendo os embates clássicos entre a visão convencionalista e naturalista, bem como o embate moderno entre a visão nominalista e realista e, a partir disso, falaremos sobre a virada linguística da filosofia contemporânea, tendo em vista o estruturalismo do filósofo Ferdinand de Saussure e, como pensamento contrário a este, o filósofo pós-estruturalista Gilles Deleuze. Este artigo divide-se em 3 partes: no primeiro momento, nos concentraremos em trazer, a partir da obra *Crátilo* (1988), de Platão, o embate entre Hermógenes (convencionalista), Crátilo (naturalista), e Sócrates e, não obstante, utilizaremos como contraponto à visão naturalista, o convencionalismo de Aristóteles presente em *Da Interpretação* (2013). No segundo momento, investigaremos o embate entre Leibniz (realista) e Locke (nominalista) através das obras *Novos Ensaios sobre o entendimento humano* (1980) e *Ensaio acerca do entendimento humano* (1999), levando em consideração as semelhanças entre Aristóteles, Hermógenes e Locke, bem como as semelhanças entre Leibniz e o Crátilo de Platão. No terceiro momento, este trabalho, com a intenção de marcar a mudança da forma tradicional de investigar a linguagem na filosofia (pela epistemologia, metafísica, empirismo, etc) para à investigação da estrutura interna das proposições, enunciados, etc. como a melhor forma de compreender a linguagem, consideraremos analisar a “virada linguística” de Saussure, utilizando, como objeto principal de leitura, a sua obra *Curso de Linguística geral* (2006) e não somente, abordaremos sobre a filosofia da linguagem que não colabora com a noção de que a linguagem é necessariamente sua estrutura interna formada pelas unidades representativas das coisas. Para isso, utilizaremos como referência, a obra *A lógica do sentido* (1974) de Gilles Deleuze.

Palavras- chave: Naturalismo. Nominalismo. Realismo. Linguagem. Pós-Estruturalismo.

Abstract:

This article aims to briefly address several key moments in the journey of the philosophy of language, exploring the classical debates between conventionalist and naturalist views, as well as the modern confrontation between nominalist and realist perspectives. Building on this, we will discuss the linguistic turn in contemporary philosophy, considering the structuralism of philosopher Ferdinand de Saussure and, in contrast to this, the post-structuralist philosophy of Gilles Deleuze. This article is divided into three parts. In the first part, we will focus on the debate between Hermogenes (conventionalist), Cratylus (naturalist), and Socrates in Plato's Cratylus (1988), and, in contrast to the naturalist view, we will consider the conventionalism of Aristotle as presented in On Interpretation (2013). In the second part, we will investigate the debate between Leibniz (realist) and Locke (nominalist) through the works New Essays on Human Understanding (1980) and An Essay Concerning Human Understanding (1999), taking into account the similarities between Aristotle, Hermogenes, and Locke, as well as the parallels between Leibniz and Plato's Cratylus. In the third part, this work aims to mark the shift from the traditional way of investigating language in philosophy (through epistemology, metaphysics, empiricism, etc.) to the investigation of the internal structure of propositions, statements, etc., as the best way to understand language. We will consider Saussure's Course in General Linguistics (2006) as our primary text for analysis, while also addressing the philosophy of language that does not align with the notion that language is necessarily structured internally through representational units of things. To do so, we will refer to Gilles Deleuze's The Logic of Sense (1974).

Keywords: Naturalism. Nominalism. Realism. Language. Post-Structuralism.

INTRODUÇÃO

O estudo da filosofia da linguagem ao longo da história revela uma série de ideias e debates que moldaram nossa compreensão da relação entre palavras e realidade. Nesse contexto, alguns diálogos de Platão (428 - 348 a.C), como o *Crátilo* (2010), onde as vozes de Crátilo, Hermógenes e Sócrates se entrelaçam em uma profunda investigação sobre a natureza das palavras através do embate entre a visão naturalista (Crátilo) e a convencionalista (Hermógenes). Este ponto de partida nos transporta para a antiguidade, guiando-nos pelas considerações de Aristóteles (384 - 322 a.C), que, por meio de sua obra *Da Interpretação* (2013), lança as bases para o convencionalismo ao afirmar que as palavras são frutos de acordos estabelecidos pelos seres humanos.

Avançando na linha do tempo, alcançamos a modernidade, onde figuras como John Locke (1632 - 1704) e Gottfried Wilhelm Leibniz (1646-1716) protagonizam debates fundamentais acerca da linguagem, visto que, o primeiro, com sua visão nominalista no *Ensaio sobre o Entendimento Humano*, propõe que as palavras são meros símbolos de ideias mentais, rompendo com a concepção aristotélica. Enquanto o segundo, em contraponto ao primeiro, nos *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*, dialoga com Locke, defendendo uma conexão mais intrínseca entre palavras e conceitos, introduzindo uma perspectiva que ultrapassa a noção da arbitrariedade linguística considerando que as palavras são expressões de conceitos internos que se organizam pela harmonia da linguagem universal¹.

O ápice dessa exploração filosófica ocorre na contemporaneidade com a "virada linguística" de Saussure. O pensador suíço, por meio de sua teoria estruturalista, desloca o foco da linguagem da correspondência direta com a realidade para a estrutura interna do sistema linguístico. Outro movimento de destaque na contemporaneidade, pode-se dizer, é uma outra ideia do estruturalismo trazida por Gilles Deleuze, em que este estabelece uma nova lógica do sentido às proposições. A partir dessas investigações, concluiremos que este percurso histórico oferece um olhar aprofundado acerca da evolução das reflexões filosóficas sobre linguagem, destacando as transformações e continuidades que moldaram nosso entendimento dessa imagem fundamental da condição humana.

Pensar sobre a questão da linguagem, na filosofia, é, de antemão, reconhecer que esse é um tema tratado desde a antiguidade, tanto pelas palavras de Platão no *Crátilo*, quanto pelas palavras de Aristóteles em *Da interpretação*. Para ambos, foi necessário deliberar a respeito da relação

¹ O "universal" não refere-se a uma ideia de que todas as coisas são necessariamente iguais, mas o contrário. Para Leibniz, existe uma harmonia divina que rege as características das perspectivas individuais, e isso é visto, segundo o filósofo, como o "universal".

entre o nome e o conteúdo significativo que lhe é próprio, de modo que Platão inicia, na história da filosofia, a investigação sobre a origem dos nomes, considerando o embate entre o convencionalismo de Hermógenes e o naturalismo de Crátilo e tomando, como verdade, a noção de que os nomes representam a essência das coisas. Em discordância a essa teoria, Aristóteles não defende uma natureza essencial das coisas, mas entende que somente é estabelecida uma natureza na relação entre o nome e o que ele representa, quando, convencionalmente, cria-se o “símbolo” representativo que os une.

O EMBATE ENTRE A VISÃO NATURALISTA E A CONVENCIONALISTA DENTRO DAS OBRAS DE PLATÃO E ARISTÓTELES: CRÁTILO E DA INTERPRETAÇÃO

No primeiro momento do diálogo *Crátilo* de Platão, Sócrates inicia uma discussão com Hermógenes sobre como se dá o processo de criação dos termos, e o segundo compreende que não há nada que conecte o “signo” do “significado” senão por convenção “ou acordo”, de maneira que a “verdade” ou a “falsidade” dos discursos sejam flexíveis conforme a nomeação das coisas é. No entanto, Sócrates argumenta que os nomes das coisas estão necessariamente ligadas a elas, inclusive através do recurso de significado de outras palavras que contemplam a essência da coisa que será nomeada. Como podemos ver no trecho abaixo:

Sócrates: A “razão” (phrónēsis), pois ela é a concepção do movimento e do fluxo (phorās kairhoû nóēsis). Poderia ser também o tomar uma utilidade do movimento (phorās nóēsis) pois se refere à mobilidade. Mas, se desejares outro, o “juízo” (gnó mē) expressa absolutamente uma pesquisa e um exame da geração (gonēs nó mēsis), uma vez que o examinar e o observar são o mesmo. E se quiseres outro, o próprio “entendimento” (nóēsis) é o anseio do novo (néou hēsis) e, por serem os seres novos, significa que são sempre gerados; [e] e o que atribuiu o nome “nóēsis” revela isso que a alma ambiciona, pois outrora não se chamava “nóēsis”, mas no lugar do ē era necessário dizer dois e, “noesis”. A “moderação” (sōphrosynē) é a preservação (sōtēria) daquilo que atrás observávamos, a “razão” (phrónēsis) (Platão, 1973, p.115).

Considerando que Sócrates, inicialmente, traz uma perspectiva da linguagem como relacionada naturalmente com as coisas que ela representa (mas não de forma essencial), ele introduz e questiona a visão de Crátilo, que acredita que os nomes representam uma essência definitiva das coisas. Crátilo defende a ideia de que os nomes² são uma expressão direta da verdadeira natureza dos objetos e, claro, Hermógenes mostra-se contrário a essa visão,

² O nome é um som articulado e significativo, conforme convenção e sem o tempo, e do qual nenhuma parte separada é significativa. Por exemplo, em *kallippos*, o *hippos* por si mesmo nada significa, como significa na expressão *kalos hippos* (Aristóteles, 2013. p. 3).

questionando como é possível que a linguagem reflita a verdadeira essência das coisas se podemos pensar, e não somente isso, como cogitar a criação de outros nomes para as mesmas coisas. Inclusive, o próprio Sócrates critica a perspectiva de Crátilo sobre as coisas terem “essência verdadeira”, destacando, ademais, que a verdadeira natureza das coisas é difícil, senão impossível, de ser plenamente compreendida pelos seres humanos.

No contexto delineado pelo texto de Platão, Sócrates assume o papel de um questionador, levantando dúvidas quanto à certeza da relação natural entre o nome e o “ser”, conforme proposto por Crátilo. O questionador destaca a vulnerabilidade inerente aos seres humanos que desempenham o papel de nomeadores (aqueles que têm a profissão de dar nomes às coisas), argumentando que todo indivíduo está suscetível a cometer erros. Além disso, ele investiga a viabilidade de categorizar os humanos normatizadores entre aqueles que produzem com “charme” e os que produzem de maneira “vulgar”, uma distinção que Crátilo rejeita, mantendo a convicção de que todos os nomes foram estabelecidos corretamente, visto que, para ele, cada nome é intrínseco a cada ser, e essa correspondência é irrefutável.

Enquanto o diálogo *Crátilo* de Platão não fornece uma defesa completa e sistemática do naturalismo ou convencionalismo, ele lança luz sobre as questões relacionadas à origem e à natureza dos nomes, apresentando argumentos em favor de ambas as perspectivas. De fato, o diálogo entre Sócrates e Hermógenes não chega a uma conclusão definitiva sobre a natureza dos nomes, por isso, Platão deixa a discussão em aberto, refletindo a complexidade da relação entre a linguagem, a sociedade e a natureza das coisas.

No contexto do diálogo platônico, as conclusões iniciais de Sócrates e Hermógenes levam à percepção de que as ações parecem existir de acordo com suas naturezas particulares. O “falar” e o “nomear” são considerados procedimentos que seguem uma natureza específica, independente dos desejos individuais. Nesse sentido, percebe-se que a fala e o nomeamento não podem ser interpretados apenas como escolhas arbitrárias, onde um nome pode ser substituído por outro ao bel prazer de um indivíduo, uma vez que existe uma complexa estrutura por trás desse processo, indicando que o ato de nomear está vinculado a um contexto mais amplo e guiado por alguém com habilidades técnicas específicas.

A discussão avança quando Sócrates levanta uma questão fundamental: é possível conhecer uma coisa apenas pelo seu nome, ou o conhecimento das coisas está contido exclusivamente no conhecimento dos nomes? Crátilo argumenta que, de fato, para conhecer as coisas, basta conhecer os nomes, e não há necessidade de outra forma de descobrir a verdade sobre elas. No entanto, Sócrates introduz uma preocupação ao destacar que quem escolhe o nome o faz com base em sua percepção das coisas, e, portanto, a escolha do nome pode refletir a subjetividade do nomeador.

Surge, assim, a incerteza sobre a adequação da escolha do nome à verdadeira natureza das coisas. Nesse ponto, Crátilo discorda, reforçando sua convicção na correção intrínseca dos nomes em relação aos seres, mantendo-se firme na sua visão naturalista. Segundo ele:

Mas talvez não tivesse sido assim Sócrates, e que necessariamente sabia o que estava fazendo quem estabeleceu os nomes. Caso contrário, como há muito venho sustentando, não poderia haver nome. E a melhor prova de que ele não se afastou de verdade é a coerência que se observa tudo o que fez. Não era essa também tua maneira de pensar, quando dissestes que todas as palavras foram formadas do mesmo modo e com idêntica finalidade? (Platão, 1988, p. 171, 436-C).

Sócrates indaga Crátilo sobre a possibilidade de compreender uma coisa exclusivamente através de seu nome, ou seja, se conhecer apenas o nome é suficiente para entender verdadeiramente a essência da coisa em questão. Em resposta, Crátilo sustenta que para alcançar um entendimento das coisas, é suficiente ter conhecimento apenas dos nomes, não sendo necessária nenhuma outra abordagem para desvendá-las. Contudo, é sabido que quem escolhe um nome o faz com base em sua própria interpretação das coisas. Então, a partir disso, o questionador levanta a preocupação de que não há garantia de que a escolha do nome tenha sido precisa.

O filósofo, mestre de Platão, persiste em seus argumentos e decide analisar alguns nomes, investigando se estes indicam algum tipo de movimento ou revelam estabilidade, levando em consideração a validade da essência associada a cada nome. Ele parte da premissa de que os nomes, naturalmente, derivam de um princípio em constante movimento, conforme expresso em suas palavras no texto de Platão: "Parece, de fato, que os criadores dos nomes os conceberam presumindo que todas as coisas estão em constante transformação e imersas em um fluxo perpétuo" (Platão, 1988, p. 175, 439-C).

O ponto crucial reside no fato de que os nomes associados às piores coisas estão em igualdade com aqueles que representam as melhores. Isso conduz à conclusão de que o criador dos nomes não indicou, por meio deles, que as coisas estão em movimento ou em marcha, mas, pelo contrário, que estão em repouso. Essa conclusão colide diretamente com o que Sócrates e Crátilo defenderam anteriormente, de que as coisas estão em um fluxo constante de mudança. Apesar da explicação apresentada por Sócrates, Crátilo insiste em afirmar que a maioria dos nomes indica movimento. Diante dessa alegação, segue-se que não parece fazer sentido aceitar como verdadeiro aquilo que a maioria dos nomes aparenta indicar. Destarte, o interlocutor de Sócrates também acata essa noção, considerando que realmente não podemos aceitar como verdadeiro tudo o que os nomes aparentemente indicam.

Ao término da discussão, Sócrates formula um argumento que parte da ideia de que, se tudo está em um eterno fluxo de movimento, então talvez seja impossível que algo categorizado

como belo permaneça belo, dado que há a possibilidade de que “no mesmo instante em que falamos ele se modifique e desapareça, deixando de ser o que era?” (Platão, 1988, p. 176, 439-E). Portanto, é certo que não podemos confiar plenamente nos nomes, ainda que de acordo com a teoria de Crátilo, eles refletem a essência da coisa, sugerindo que seria possível compreendê-la exclusivamente pelo conhecimento de seu nome. No entanto, é certo que essa perspectiva conduz a um sério equívoco, uma vez que a “natureza” da coisa está em constante movimento, escapando a qualquer definição fixa. Dessa maneira, torna-se inapropriado atribuir uma natureza intrínseca aos nomes. Sócrates, ao concluir o texto, evita tomar uma posição definida na discussão, o que, por sua vez, abre espaço para o estudo da linguagem entre os filósofos modernos e contemporâneos, especialmente para um novo debate: nominalistas versus realistas.

Mas antes disso, nos concentraremos em investigar o convencionalismo de Aristóteles presente em *Da interpretação*, de tal maneira que, a partir disso, isto é, da reflexão do embate entre o convencionalismo e o naturalismo na filosofia clássica, possamos delinear, da melhor forma, a discussão entre Locke (nominalista) e Leibniz (realista). Dito isso, parece necessário entender como funciona o convencionalismo de Aristóteles, uma vez que ele e Hermógenes não estão totalmente concordantes. Pois bem, enquanto o primeiro acredita que as palavras são convenções estabelecidas pela sociedade, o segundo ainda supõe existir uma relação natural entre os sons das palavras e o que elas representam.

Em *Da Interpretação*, Aristóteles investiga a criação dos nomes a partir da análise acerca dos enunciados. Para ele, as palavras, quando combinadas de variadas formas, produzem enunciados classificados como verdadeiros ou falsos, mas, para chegarmos nisso, é preciso, anteriormente, compreender como o uso de determinada palavra refere-se estritamente a uma ideia que é pretendida abordar. Assim, Aristóteles inicia seu exame sobre a criação dos nomes, abordando, principalmente, questões lógicas e semânticas, como por exemplo quando ele observa que uma proposição complexa é derivada do significado de suas partes componentes, o que indica, de todo modo, uma convencionalidade na formação das proposições.

Aristóteles reconhecia que o significado da palavra pode depender do contexto em que ela está sendo abordada, mas isso não é aleatório, dado que é preciso um enunciado, ou conjunto de proposições que exijam, de certa forma, o significado de uma palavra que não é necessariamente o significado usual, ou comumente utilizado. Ora, segundo o pensador, as palavras e as pronúncias dos sons diferem através das culturas presentes nas sociedades, o que demonstra a comprovação de que os termos são convencionais. Conquanto, para ele, as afecções da alma sejam universalmente compartilhadas, a divergência linguística se manifesta na fala e na escrita, o que sugere convencionalismo. Aristóteles define que “[...] o nome é um som articulado e significativo,

conforme convenção” (Aristóteles, 2013, p. 3), evidenciando sua visão de que os nomes não são derivados de relações naturais intrínsecas entre sons e objetos, mas são estabelecidos por meio de consensos e acordos sociais.

Aristóteles considera que o mundo possui uma existência própria, o que permite ao indivíduo atribuir nomes através da primazia de sua individualidade. Essa perspectiva, arrisco-me a pontuar, consideravelmente realista, sugere a possibilidade de identificar elementos universais nas particularidades do mundo. Ao examinar a obra de Aristóteles, torna-se evidente o caráter realista presente nas reflexões aristotélicas, especialmente quando aborda a questão dos universais. O filósofo, ao reconhecer a validade tanto de afirmações quanto de negações, enfatiza que é por meio dessas determinações que se pode considerar a existência de um “universal”. Essa abordagem realista destaca a convicção de Aristóteles de que características universais estão imbuídas nas especificidades do mundo, delineando uma distinção crucial em sua filosofia da linguagem e do conhecimento.

O debate entre realismo e nominalismo, instigado por um legado da filosofia clássica de Aristóteles e de Platão, revela-se como um divisor de águas que moldou subseqüentes teorias da linguagem. O *Ensaio sobre o Entendimento Humano* de Locke, ao absorver influências aristotélicas, manifesta-se, pode-se dizer, como uma abordagem convencionalista. Locke, no entanto, se distingue ao adotar uma postura nominalista, desafiando a noção aristotélica de que o universal possui uma realidade própria, dado que Locke destaca a arbitrariedade da linguagem e a origem das ideias a partir da experiência sensorial.

Por outro lado, Leibniz, nos *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*, estabelece uma interessante similitude com Aristóteles em relação ao universal. Enquanto ele compartilha com Aristóteles a ideia de universais como termos gerais, o filósofo alemão se distancia do nominalismo de Locke, dado que Leibniz apresenta uma visão que enfatiza a singularidade das mônadas³ e a presença do universal como parte integrante de cada entidade individual. Mas pode-se dizer que o filósofo alemão também alinha-se a um naturalismo do Crátilo, quando sustenta a ideia de que as palavras têm uma origem natural, motivada por algo que está intrinsecamente ligado à natureza, distanciando-se da palavra em sua concretude, e que essa origem pode residir nos sons das vozes e nos movimentos que elas realizam.

Nesse contexto, Locke, que adota uma visão convencionalista e nominalista, introduz uma nova abordagem na filosofia da linguagem por meio do *Ensaio sobre o Entendimento Humano*.

³ A *monada*, segundo Gottfried Wilhelm Leibniz, é uma substância indivisível e fundamental da realidade que, além de ser única, reflete o universo de uma perspectiva própria e jamais pode ser transformada.

Isso resulta em um conflito com Leibniz, que, nesse caso, sendo naturalista e realista, procura nos *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano* apontar as falhas na posição de Locke e oferecer soluções por meio de um diálogo entre Filaleto (representando o filósofo inglês Locke) e Teófilo (representando o autor Leibniz). Nesse contexto, após termos explorado as reflexões sobre a linguagem na antiguidade, este trabalho será conduzido à modernidade, onde nos deparamos com outro embate crucial: o confronto entre nominalismo e realismo. Aqui iniciaremos nossa análise com o pensamento de John Locke, expondo os principais pontos que o classifica, na nossa jornada investigativa sobre a linguagem, nominalista.

O EMBATE ENTRE O NOMINALISMO E O REALISMO EM LOCKE E LEIBNIZ E SUAS RELAÇÕES COM O CONVENCIONALISMO E O NATURALISMO, RESPECTIVAMENTE, DE ARISTÓTELES E PLATÃO

John Locke, filósofo inglês da modernidade, ao iniciar sua abordagem teórica acerca da linguagem, compreende, no Livro III, da obra *Ensaio acerca do entendimento humano* que a linguagem serve como um meio fundamental para o desenvolvimento da sociabilidade. Para o nosso pensador, os seres humanos são, pela ordem divina, naturalmente sociáveis. Em razão disso, Locke percebeu que era necessário um meio facilitador que fizesse as relações sociais funcionarem e, diante desse contexto, a linguagem, em sua perspectiva, surge como uma necessidade irrefutável.

Permitindo sobretudo que a linguagem ocorra, segundo o filósofo inglês, Deus ofereceu tanto aos homens, quanto para alguns animais, a capacidade de desenvolver sons articulados pelos artifícios dos seus órgãos. Por sua vez, esses sons são meramente aleatórios, na verdade eles representam “concepções internas” presentes nas mentes individuais, o que não significa impreterivelmente que os sons estão ligados a uma realidade objetiva, mas que eles surgem como expressões das ideias presentes nas mentes de cada indivíduo. Essa abordagem nominalista de Locke exerce influência significativa em sua concepção sobre a origem e o significado da linguagem, enfatizando as ideias internas como a base fundamental para a comunicação e o entendimento.

Por seu turno, as “concepções internas” ou melhor, as marcas das ideias, não são inerentes às mentes dos indivíduos, se elas existem, é porque surgem de algum lugar. Inclusive, pode-se dizer que elas surgem a partir das experiências sensoriais, segundo Locke. Se somos seres sociáveis e estamos em constantes relações, é certo que formaremos muitas ideias pela sensibilidade e por isso, jamais conseguiríamos expressar todas elas de forma individual. Dessa forma, cunham-se os termos gerais:

[...] como formamos os termos gerais, ou onde encontramos estas naturezas gerais que eles supostamente significam? As palavras tornam-se gerais por serem estabelecidas como os sinais das ideias gerais; e as ideias tornam-se gerais separando-se delas as circunstâncias de tempo e lugar, e quaisquer outras ideias que possam determiná-las para esta ou aquela existência particular. Por este meio de abstração, elas tornam-se capazes de representar mais do que um indivíduo, cada um dos quais, tendo nisto uma conformidade com esta ideia abstrata, é (como o denominamos) desta espécie (Locke, 1999, p. 152).

Diferente da teoria de Aristóteles, Locke, ao falar sobre as “concepções internas” não possui nenhuma referência sequer das “afecções da alma” abordadas pelo primeiro, visto que o segundo fala necessariamente das ideias presentes na mente do indivíduo. Nessa perspectiva, observa-se que há uma concepção das ideias que emerge totalmente do indivíduo, o que é esclarecido pelo autor quando ele destaca que as marcas dessas ideias provêm de experiências sensoriais. Ou seja, não há nada inato no indivíduo que o leve a construir um termo ou uma palavra.

Conforme John Locke, as palavras surgem como uma necessidade para facilitar a comunicação, dado que, se representam nossas ideias, é certo que cada indivíduo, ao buscar a interação por meio da linguagem, deverá se expressar de acordo com o que está associado à sua concepção. Nesse sentido, o homem não pode supor que suas ideias se equiparam às do outro, nem deve presumir que suas palavras sejam representações precisas das qualidades nas coisas. Não obstante, a comunicação se estabelece porque o falante acredita que suas ideias também são impressas nas mentes daqueles que o escutam.

Diante do exposto, no que concerne às ideias sensíveis, é evidente que algumas palavras não mantêm uma conexão direta com a sensibilidade. Por exemplo, termos como "apreender" e "compreender" não têm origem em experiências sensoriais imediatas, mas são utilizados para representar ações que, embora distantes da sensibilidade, são empregadas precisamente para "significar ideias que não se encontram sob o conhecimento direto de nossos sentidos" (Locke, 1999, p. 143).

As palavras, portanto, funcionam como expressões ou representações das ideias de quem fala. Nesse contexto, as ideias são os significados que as palavras buscam transmitir. Segundo Locke, "o uso de palavras consiste nas marcas sensíveis das ideias, e as ideias que elas enunciam são seus significados adequados e imediatos" (Locke, 1999, p. 144). Assim, é correto afirmar que, como as palavras são representações das ideias do falante, elas são singulares, especialmente quando não se utilizam termos gerais. Dessa forma, elas se limitam ao indivíduo que as pronuncia, não podendo refletir as concepções de outros homens nem serem sinais diretos de qualidades nas coisas.

As palavras, portanto, funcionam como expressões ou representações das ideias de quem fala. Nesse contexto, as ideias são os significados que as palavras buscam transmitir. Segundo Locke, "o uso de palavras consiste nas marcas sensíveis das ideias, e as ideias que elas enunciam são seus significados adequados e imediatos" (Locke, 1999, p. 144). Assim, é correto afirmar que, como as palavras são representações das ideias do falante, elas são singulares, especialmente quando não se utilizam termos gerais. Dessa forma, elas se limitam ao indivíduo que as pronuncia, não podendo refletir as concepções de outros homens nem serem sinais diretos de qualidades nas coisas.

Na filosofia de John Locke, os seres humanos anseiam por serem completamente compreendidos, criando uma ideia fictícia de que as pessoas devem entender exatamente aquilo que esperam que elas entendam. Em outras palavras, as pessoas frequentemente presumem que suas ideias representam as realidades das coisas, só que, essa suposição geralmente se aplica quando se discute substâncias e seus respectivos nomes, embora a abordagem dos nomes em relação às substâncias possa ser intrincada, levando a uma "inevitável obscuridade e confusão em seu significado, sempre que as fazemos significar qualquer outra coisa que as ideias que temos em nossas próprias mentes" (Locke, 1999, p. 149).

Diante dessa dinâmica, uma questão vem à tona: como é possível estabelecer a comunicação entre seres humanos? Ainda que as palavras sirvam como representações das ideias presentes na mente do falante e do ouvinte (individualmente), elas também têm a capacidade de representar a realidade das coisas, permitindo assim a troca de experiências. Não apenas a experiência viabiliza essa troca, mas as palavras, em função de seu propósito, têm o poder de estimular o espírito daquele que as ouve, influenciando-o de certa forma, como se as ideias que deram origem a esses termos também fossem suas. Apesar desse estímulo ao espírito, é crucial notar que, segundo Locke, as ideias não possuem uma conexão intrínseca com as palavras.

É certo que, segundo o filósofo, existem algumas palavras ou sons que parecem ter uma ligação imediata com algumas ideias, como se aquelas representassem imediatamente as coisas ou objetos a partir das marcas destas pensadas. Tendo isso em vista, Locke destaca que apesar do significado da palavra parecer "perfeito", há uma ideia na mente de quem fala que possivelmente se deu inicialmente a partir da infância, e, dessa forma, segundo o autor do *Ensaio acerca do Entendimento Humano*, parece existir uma memória sobre sons perfeitamente articulados às coisas que antes já eram referidas. Bom, às vezes os significados funcionam, outras vezes, por conta da falta de análise, as palavras, a partir dos sons, apenas tornam-se costumes diante das significações. Sendo assim, Locke finaliza o segundo capítulo do livro III afirmando que:

Na verdade, o uso comum, por um tácito acordo, atribui certos sons a certas idéias em todas as linguagens, limitando assim o significado deste som que, a menos que uma pessoa o aplique à mesma idéia, ele não fala corretamente; e deixe-me acrescentar isto: a menos que as palavras de uma pessoa estimulem as mesmas idéias em quem as escuta, tornando-as significativas no discurso, não fala inteligivelmente. Mas, seja qual for a consequência de qualquer pessoa usando palavras diversamente, seja com respeito ao seu significado geral, seja o sentido particular da pessoa para quem ele as destina, é patente que seu significado, ao empregá-las, está limitado por suas idéias, e não pode constituir sinais de nenhuma outra coisa (Locke, 1999, p. 150).

No terceiro capítulo, o filósofo argumenta que é impossível nomear cada coisa particular que o ser humano se depara, visto que ele não é apto para absorver toda singularidade presente em cada coisa. Sendo assim, por necessidade, são os termos gerais que dominam a linguagem, já que através dessa forma, os seres humanos podem afirmar seu caráter natural em favor da sociabilidade. É certo que seria impossível nomear cada folha de uma árvore, ou cada grão de areia, e mesmo se houvesse essa possibilidade, a comunicação estaria fadada ao fracasso. Locke afirma que as palavras podem, em dado momento, significar mais do que uma breve imaginação daquele que fala, mas, torna-se um termo geral, quando são instituídas como sinais de ideias gerais, ou seja, quando tiramos sua limitação de uma particularidade, seja no tempo, no lugar, ou em uma marca totalmente singular, as palavras podem significar mais do que aquilo que se pensa individualmente.

Segundo Locke, a noção de geral e universal não corresponde à realidade das coisas, mas é uma construção do entendimento humano. O termo universal refere-se às palavras que servem como representações das marcas das ideias, não das próprias coisas. Essas representações são determinadas conforme suas categorias por meio de abstração, um processo que ocorre inteiramente na mente e não possui existência externa a ela. Os termos gerais, portanto, são simplesmente indicadores das ideias gerais que abrangem uma variedade de coisas particulares, sem representar uma realidade interna das coisas em si. Dessa forma, as palavras não revelam a essência das coisas, uma vez que, conforme a visão do filósofo, são atribuídas de maneira arbitrária, confirmando, aqui, uma visão nominalista.

Diante disso, nada parece mais evidente do que as ideias que as crianças formam durante suas conversas, as quais são, assim como as próprias pessoas, particulares. Por exemplo, a ideia da mãe inicialmente se assemelha a um retrato que representa algo individual. À medida que o tempo avança e a familiaridade nos leva a perceber a diversidade do mundo e a presença de muitas qualidades semelhantes àquelas da mãe, uma ideia mais abrangente se forma. Essa ideia, compartilhada por vários indivíduos, leva à criação de um nome geral, de acordo com Locke, explicando assim o processo pelo qual se obtém um nome e uma ideia gerais. Segundo o autor:

Todo mistério acerca do gênero e espécie, que provocam tanta discussão nas Escolas, e são com justiça raramente considerados fora delas, não são outra coisa que ideias abstratas, mais ou menos compreensivas, com nomes que lhes são anexados. Em tudo isso é constante e universal o fato de que todo termo mais geral significa uma certa ideia, como se fosse apenas uma parte dessa por ele compreendida [...]. Ao retornar às palavras gerais, creio que, pelo que foi explicado, ficou evidente que geral e universal não comportam a existência real das coisas, mas são criaturas e invenções do entendimento, formadas por ele para seu próprio uso e se referindo apenas a sinais, quer palavras, quer ideias (Locke, 1999, p. 154).

Considerando o exposto, podemos abordar a filosofia de Leibniz nos *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano* como uma visão que se opõe à de Locke. Isso se deve, em primeiro lugar, à crença de Leibniz de que as palavras não são produzidas necessariamente para facilitar a comunicação, enquanto Locke atribui à linguagem a função principal de expressar desejos de compreensão entre as pessoas. Para Leibniz, as palavras não são criadas exclusivamente para atender à necessidade de comunicação entre os indivíduos, ele parece reconhecer uma certa influência da natureza na criação dos termos, bem como os sons e as palavras não são, para ele, uma condição dos órgãos, como argumentado por Locke.

Locke, fundamentado em sua perspectiva empirista, sustenta que a origem das palavras ocorre por meio da experiência, utilizando as ideias sensíveis como meio de comunicar significados. No entanto, Leibniz, adotando uma abordagem diferente, destaca a importância de uma investigação mais profunda. Para ele, embora as palavras possam surgir da conjunção de ideias experimentadas, existe algo anterior e natural a esse processo, algo que não apenas precede, mas também motiva o surgimento da linguagem e das palavras. Segundo Leibniz, pela fala de Teófilo⁴ no Livro II dos *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano* (1980):

TEÓFILO - [...] Contudo, essas línguas procedem todas de uma fonte única, podendo ser consideradas alterações de uma mesma língua, que se poderia denominar o céltico. Tanto é verdade que os antigos denominavam celtas não só os germanos como também os gauleses. [...] Isto sem falar de uma infinidade de outras apelações semelhantes que demonstram haver algo de natural na origem das palavras, origem que estabelece uma relação entre as coisas e os sons e movimentos dos órgãos da voz. É ainda em razão disso que a letra L, unida a outras palavras, faz com que estas se transformem em diminutivo entre os latinos, os semilatinos e os alemães do Norte. Todavia, não se deve pretender que isto se verifique sempre, pois o leão, o lince e o lobo pouco têm de doce. Todavia, mesmo nestes casos, pode-se observar outro fato, isto é, a rapidez (lauf) que os faz temer ou que obriga a correr, como se alguém que vê aproximarem-se tais animais gritassem aos outros: Lauf (corram embora!). Aliás, notar-se-á também o fato de que, devido a muitos percalços e mudanças, a maioria das palavras está

⁴ A obra de Leibniz consiste em um diálogo entre Filaleto e Teófilo, de modo que o primeiro representa a voz de Locke e o segundo, a voz do próprio autor da obra. Ou seja, esse texto figura-se pelo embate entre as opostas visões entre os modernos citados.

profundamente alterada, bem longe da sua pronúncia e da sua significação primordial (Leibniz, 1980, p, 219).

Decerto, Leibniz introduz no diálogo a ideia de que a linguagem emerge como uma necessidade decorrente da comunicação entre indivíduos. Seguindo essa linha de raciocínio, o filósofo considera que muitas palavras podem surgir a partir das tentativas de descobrir as ideias do outro. É lógico que, segundo Locke, as palavras têm origem nas ideias do próprio pensamento. Nesse contexto, Teófilo, representando Leibniz, levanta a questão da tentativa de descobrimento das concepções interiores do outro como uma possível fonte de revelação das palavras.

No entanto, numa tentativa de refutar o pensamento de Teófilo, Locke, representado pela voz de Filaleto, argumenta que as pessoas, de qualquer maneira, buscam expressar seus pensamentos. Se falássemos apenas conforme o pensamento do outro, teríamos múltiplas línguas, o que, na prática, não ocorre. Assim, Filaleto admite que é possível que tenhamos certas ideias que outras pessoas associam à mesma palavra. Em relação a isso, parece significativamente menos complexo para Filaleto o surgimento das palavras, alinhando-se a uma concepção de convencionalismo e nominalismo mentalista na filosofia.

Entretanto, a parte mais relevante, considerando o que foi anteriormente discutido sobre a filosofia de John Locke, refere-se aos termos gerais, abordados no capítulo 3 do livro III dos *Novos Ensaios*. Neste capítulo, o embate entre nominalismo e realismo fica evidente, marcando claramente a posição nominalista de Filaleto (Locke). Leibniz, neste terceiro capítulo, explora a questão dos termos gerais, tentando resolver uma lacuna que Locke não conseguiu preencher. Conforme a visão do filósofo inglês, as palavras surgem a partir do convencionalismo das ideias, e o mesmo se aplica aos termos gerais, que são simplesmente nomes criados pela mente por meio da abstração. Diante disso, Leibniz questiona o nominalismo de Locke, indagando como é possível considerar os termos gerais como verdades se eles não passam de meros produtos da abstração mental.

É fato que quando se pensa em uma definição convencional a respeito da origem das palavras mediante uma noção nominal mentalista, é possível encontrar algo materializado, algo que é passível de ser experienciado. No entanto, há uma “essência” que envolve essa definição e tal essência é a possibilidade de que ela faz parte da natureza. Para Leibniz, o que estrutura essa essência é a semelhança das coisas, que se mostram como algo real, isto é, a semelhança é própria dela. Ou seja, a realidade, segundo Leibniz, não coincide com a realidade para Locke, pois para o primeiro, o real é aquilo que toma a origem como essência, e o segundo considera como real aquilo que pode ser investigado de forma empírica e que é estimulado pelo indivíduo. É por isso que

Leibniz diz: “Teófilo – Eu não vejo esta consequência. Pois a generalidade consiste na semelhança das coisas singulares entre elas, e esta semelhança é uma realidade” (Leibniz, 2019, p. 71).

Enquanto Locke destaca que as palavras têm sua origem nas experiências sensíveis, e a natureza das coisas é percebida através da experiência, Leibniz considera que as palavras não são meramente convenções, mesmo que admita que elas próprias sejam convenções. Além disso, pode-se dizer que Leibniz seja um realista quando enfatiza a importância da semelhança real entre as coisas como fundamento para produção das palavras e que Locke, a medida que está distante do realismo, empreende uma visão nominalista e convencional quando argumenta que os termos gerais são convenções úteis, mas não têm uma correspondência real necessariamente inata às coisas, destacando assim um certo grau de arbitrariedade na relação entre palavras e objetos.

Diante disso, vê-se que há uma forte relação entre Leibniz e a visão de Crátilo em Platão, no que se refere à formação das palavras, uma vez que ambos observam a presença de algo inato na formação delas. Enquanto Crátilo vê a conexão intrínseca entre nomes e natureza, Leibniz destaca as percepções inatas nas mônadas. Já com relação ao nominalismo e o convencionalismo, podemos fazer uma conexão mais direta entre Aristóteles e John Locke, de modo que a ênfase do primeiro na observação e experiência pode ser interpretada como uma aceitação de elementos convencionais na comunicação, bem como Locke acredita que as palavras são convencionais.

SOBRE A VIRADA LINGUÍSTICA: SAUSSURE E DELEUZE

Em primeira mão, é necessário que analisemos brevemente o cenário que antecedeu o que conhecemos, na filosofia, como a “virada linguística” enquanto expressão definidora do momento em que os estudos filosóficos da linguagem não mais centralizavam-se em questões metafísicas, epistemológicas, ou mesmo, como trazido neste trabalho, acerca de visões naturalistas ou convencionalistas. Pois bem, como dito, segue-se que antes da virada linguística, parecia que os estudos ligados à linguagem estavam sempre voltados à discussões sobre a natureza da realidade e como nós conhecemos o mundo, de modo que a filosofia tradicional preocupava-se menos com a estrutura linguística e mais com o contexto histórico e epistemológico que a envolvia.

É claro, portanto, que a “virada linguística” sugere uma rejeição à forma tradicional de fazer filosofia, levando em consideração a importância de investigar a linguagem como elemento central para a compreensão do pensamento, da realidade e da experiência humana. Isto é, analisar como a linguagem molda nosso entendimento acerca da realidade e, por seu turno, investigar ela mesma, passou a ser visto como relevante, a tal ponto que a filosofia da linguagem tornou-se um ramo **normatizado** da filosofia. De fato, A “virada linguística” marcou o reconhecimento da

importância da linguagem na construção do conhecimento, promovendo uma abordagem mais integrada e contextualizada da linguagem e suas relações com a realidade.

Ferdinand de Saussure desempenhou, aqui, um papel de extrema importância. Foi ele que introduziu o conceito de “signo linguístico”⁵ na obra *Curso de linguística geral* (1997), deixando claro que não existe uma natureza (no sentido inato) que liga necessariamente o significante (a forma da palavra) ao significado (o conceito associado à palavra específica). Essa visão é de extrema importância para o movimento da virada linguística justamente porque desafia a ideia de que as palavras são intrinsecamente ligadas aos objetos às quais elas nomeiam. Pode-se dizer, nesse sentido, que Saussure realmente revolucionou a abordagem tradicional da linguagem quando mudou o foco de sua investigação filosófica para a estrutura e o funcionamento do sistema linguístico

Essa concepção propõe que o significado das palavras não se baseia em uma relação direta com a realidade exterior, mas sim na sua posição dentro da linguagem e nas relações com outros elementos desse sistema. A noção de arbitrariedade do signo linguístico questionou a ideia de uma conexão supostamente natural entre as palavras e os objetos, destacando a importância das relações internas no âmbito investigativo a respeito da linguagem. Nesse contexto, Saussure deslocou a atenção dos filósofos e linguistas para a estruturação interna da linguagem, influenciando não apenas a teoria linguística, mas também os estudos filosóficos ao inaugurar uma perspectiva que buscava compreender o papel central da linguagem na construção do pensamento e na interpretação da realidade.

Segundo o filósofo estruturalista, compreender a linguagem não é apenas observar um contexto histórico e diacrônico acerca das palavras, mas observar que é necessário que analisemos a estrutura interna pela qual as palavras se unem e transmitem conceitos, observando, sobretudo, que as diferenças das palavras também são de extrema relevância para entender a linguagem, uma vez que é a partir delas que podemos, de antemão, estruturar um enunciado que constitui o sistema linguístico. Dito isso, já está claro que a linguagem, nesse momento, não é assegurada por uma correspondência natural, mas apenas pela ideia de se fazer entendida para quem fala e para quem escuta, o que move uma necessidade convencional debatida entre os seres sociáveis. Para Saussure, portanto:

Inicialmente, não está provado que a função da linguagem, tal como ela se manifesta quando falamos, seja inteiramente natural, isto é: que nosso aparelho

⁵ O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica” (Saussure, 1997, p. 80).

vocal tenha sido feito para falar, assim como nossas pernas para andar. Os linguistas estão longe de concordar nesse ponto (Saussure, 2006, p. 17).

Saussure, de fato, afasta-se da perspectiva naturalista que atribui à linguagem uma existência preexistente ou inerente à natureza humana. Ele concebe a linguagem como um sistema de signos arbitrários, cujos significados não decorrem de uma correspondência natural entre o signo e o objeto, mas são estabelecidos por convenções sociais. Embora o filósofo suíço reconheça a capacidade inata da espécie humana para a linguagem, ele observa que a estrutura específica da linguagem, envolvendo o significante e o significado, é uma construção social e convencional, o que contrasta com alguns ramos da filosofia que antecederam a Virada linguística, a título de exemplo, o empirismo de filósofos como John Locke, cujo enfoque na experiência sensorial situava a linguagem como uma extensão natural do pensamento humano. Decerto, para o autor do *Curso de Linguística geral*, a linguagem não ocupa esse lugar por uma necessidade intrínseca, mas sim por convenções sociais estabelecidas.

No percurso de sua escrita da obra aqui citada, o filósofo, ao enfatizar a estrutura da linguagem, analisando as expressões linguísticas em contextos específicos, observou que todo o compartimento da palavra é fulcral para a realização da linguagem. Considerando, sobretudo que o significado emerge das relações dentro de um sistema linguístico, o autor aborda os “fonemas” como as partes distintivas que organizam a esfera da fala, pela língua. Ou seja, o fonema é considerado a menor unidade sonora que distingue os significados de uma língua. O que difere dos sons, pois, segundo ele, estes são manifestações físicas dos fonemas na fala concreta. Na página 63 da obra *Curso de Linguística geral*, Ferdinand de Saussure, dirá que:

Além disso, não é nunca uma unidade simples que cria embaraços em Linguística: se, por exemplo, em dado momento, numa determinada língua, todo **a** se transformou em **o**, nada resulta daí; podemos limitar-nos a assinalar o fenômeno, sem procurar explicá-lo fonologicamente. A ciência dos sons não adquire valor enquanto dois ou mais elementos não se achem implicados numa relação de dependência interna; pois existe um limite para as variações de um conforme as variações do outro; somente o fato de que haja dois elementos engendra uma relação e uma regra, o que é muito diferente da simples verificação. Na busca do princípio fonológico, a ciência trabalha, então, em sentido contrário, com sua predileção pelos sons isolados. Bastam dois fonemas para que não se saiba mais onde se está. Assim, no antigo alto alemão, *hagl, balg, wagn, lang, donr, dorn*, se tomaram mais tarde, *hagal, balg, wagan, lang, donnar, dorn*; desse modo, conforme a natureza e a ordem de sucessão em grupo, o resultado é diferente: ora uma vogal se desenvolve entre duas consoantes, ora o grupo permanece com.. pacto. Como, pois, formular a lei? De onde provém a diferença? Sem dúvida dos grupos de consoantes (*gl, lg, gn, etc.*) contidos nessas palavras. Está bem claro que se compõem de uma oclusiva que, num dos casos, é precedida, e noutro seguida duma líquida ou duma nasal; mas que resulta disso? Enquanto

se suponha sejam g e n quantidades homogêneas, não se compreenderá por que o cantata g-n produziria outros efeitos que não n-g (Saussure, 2006, p. 63).

Não obstante, segue-se que os sons são diferentes dos fonemas, pois enquanto o primeiro pode apenas demonstrar uma expressão, sendo significativa (na intenção de revelar algum sentimento) ou mesmo apenas a estrutura pela qual os fonemas formalizam o sentido das palavras (e dos enunciados) no sistema linguístico. Nesse sentido, podemos dizer que a fala individual, isto é, a **parole**⁶, não deve ser investigado no sentido particular como trajeto de compreensão acerca da linguagem, mas apenas considerado quando pensado como “língua”. Para melhor compreensão do exposto, segue uma citação do filósofo suíço:

De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante? Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiremos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro, ou mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na **massa ela existe de modo completo** (Saussure, 2006, p. 22, grifos meus).

Pode-se dizer que o estruturalismo de Saussure criou uma ciência da linguagem, dado que para além de uma investigação estrutural sobre ela, o filósofo concebeu uma ideia de paradigma⁷ que redefiniu a maneira pela qual a linguagem era estudada, deslocando o foco para os elementos comunicativos das relações⁸ e para as unidades formais da língua, por exemplo. Um outro conceito revelado por ele foi o “sintagma”, que, diferente do paradigma, refere-se à combinação específica de elementos em uma sequência linear, o que não depende estritamente das palavras em si mesmas. Enfim, esses conceitos, bem como o conceito de fonema, de língua e até mesmo da fala, são fundamentais para compreender a realidade linguística, segundo o pensador suíço.

⁶ “A parte psíquica não entra tampouco totalmente em jogo: o lado executivo fica de fora, pois a sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor; nós a chamaremos fala (**parole**).” (Saussure, 2006, p. 21) Nesse trecho, Saussure pretende deixar claro o que significa, em sua filosofia, a “parole”.

⁷ Segundo Saussure, o paradigma é um conjunto de termos em que cada termo pode ser escolhido como substituição para o mesmo termo, tendo em vista, contudo, a mensagem visada. Basicamente, o paradigma diz respeito à possibilidade de escolha no interior da estrutura linguística. Por exemplo, dentro da mesma classe gramatical, como “verbo”, se eu pretendo expressar que “alguém **olhou** para mim”, mas sem utilizar o verbo “**olhar**” e com a intenção de usar o verbo “**ver**”, eu posso fazer isso e esse termo faz parte de um paradigma.

⁸ Deleuze aborda a questão da realização da linguagem por meio das proposições e suas relações fundamentais, destacando a designação ou indicação, a manifestação e a significação. Essas relações, conforme sua análise, são intrincadas em um ciclo vicioso, marcado por uma dinâmica de implicações e não implicações em relação às premissas das proposições. Diante dessa complexidade, o filósofo empreende uma investigação em direção a uma nova dimensão: o sentido.

Mas é certo que existem aqueles filósofos que vão de contramão ao que Saussure propusera sobre a ciência linguística, sendo um deles o filósofo pós-estruturalista Gilles Deleuze. Apesar de ambos rejeitarem a noção de que a linguagem precisa estar intrinsecamente ligada com a realidade externa, criticando, sobretudo a visão tradicional sobre a forma de fazer filosofia da linguagem, Deleuze não foca sua filosofia nos signos linguísticos, muito pelo contrário, na realidade ele prevalece a multiplicidade formal e significativa das palavras, perseverando uma aceitação à volatilidade das palavras baseada na convenção linguística.

Não é à toa que na *Lógica do sentido*, o autor se desvincula da ideia de compreensão do texto a partir da estrutura organizacional dele, investigando formas que demonstram que não há necessidade absoluta de investigar a estrutura formal dos termos e dos enunciados para que o sentido⁹ do texto possa ser transmitido. Para ele, o que constitui a linguagem (ou a possibilidade dela) são as relações que ocorrem nas suas proposições e o sentido entra nessas relações como uma necessidade invisível, pois não é aparente aos olhos.

Não é viável sequer admitir a “existência” do sentido, seja de forma mental ou física. Sua utilidade não pode ser afirmada, pois isso demandaria destacar a possibilidade de sua existência e, se fôssemos tentar investigá-lo dentro da estrutura da linguagem, provavelmente nunca iríamos achá-lo. Dessa forma, não podemos considerá-lo como uma metafísica linguística, mas talvez apenas como algo que se coloca dentro das relações linguísticas, e a partir disso, subsiste por si mesmo. Quanto às proposições, é crucial destacar que o sentido não está na proposição, mas sim como um atributo de um estado de coisas, que não pertence à proposição.

Ante o exposto, não fica difícil observar que Deleuze discorda da dualidade tradicional do “significante” e “significado” proposta por Saussure, uma vez que ele busca supera-la, explorando conceitos que não se fecham em uma coisa só na estrutura linguística. Decerto, para Deleuze, a produção da linguagem não decorre necessariamente da gramática, mas sim de um campo de relações e forças que estão em constante movimento. Ou seja, é fato que sua filosofia está muito mais interessada pela produção de sentido na linguagem do que por uma investigação da estrutura fixa dela.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observamos que a trajetória da investigação filosófica sobre linguagem remonta à Grécia Antiga. Os estudos de Platão no *Crátilo* revelam uma discussão crucial entre naturalistas e

⁹ Aquilo que é expresso na proposição, sendo ilimitado a qualquer associação de palavras ou aos desejos sobre a situação das coisas externas.

convencionalistas, proporcionando uma base para as reflexões posteriores. Nesse contexto, Locke, com seu convencionalismo e nominalismo mentalista, contribui para a compreensão de uma linguagem moldada pelas ideias derivadas da experiência humana. Por outro lado, Leibniz, em seus *Novos Ensaios sobre o Entendimento Humano*, apresenta uma firme oposição às ideias de Locke, posicionando-se como um filósofo naturalista e realista. Esses debates históricos lançam luz sobre as diversas correntes de pensamento que moldaram a filosofia da linguagem ao longo dos séculos.

O percurso na investigação filosófica, marcado por uma constante busca por compreensão, não permite afirmar com certeza a absolutez de uma teoria específica de algum autor. Pelo contrário, a filosofia se constrói por meio de debates que surgem em apoio ou crítica a diversas teorias, e é por isso que a filosofia da linguagem segue esse caminho, onde cada autor está interligado a outros, seja pela formulação de teses que buscam "resolver problemas" presentes em teorias discordantes, seja pela afinidade em relação a determinadas questões em suas respectivas abordagens.

Não obstante, trazemos a virada linguística não apenas como um marco que redefiniu a abordagem da filosofia acerca da linguagem, mas para que possamos refletir a maneira pela qual a filosofia se propôs a reconhecer a centralidade da linguagem na construção do pensamento humano, seja pelas relações que ocorrem na união das palavras como forma de estabelecer “sentido”, seja pela investigação mais estática da estrutura linguística.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Da interpretação*. Tradução: José Veríssimo Teixeira da Mata. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2013.
- DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*. Tradução: Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 13-30.
- LEIBNIZ, Gottfried Wilhelm. *Novos Ensaios: Livro III – Das palavras*. In: PIAUÍ, William de Siqueira. *Leibniz e a Linguagem I: Línguas naturais, etimologia e história*. 1. ed. Curitiba: Kotter Editorial, 2019.
- LOCKE, J. *Ensaio acerca do entendimento humano*. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).
- PIAUÍ, William. *Lógica do sentido: uma introdução ao Leibniz de Deleuze*. *O Manguexal*, Aracaju, v.1, n. 2, p. 96-120, Janeiro-Junho de 2018.
- PLATÃO. *Crátilo*. In: PLATÃO. *Diálogos: Teeteto - Crátilo*. Tradução: Carlos Alberto Nunes. [S.l.]. Universidade Federal do Pará, 1973.
- SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de Linguística Geral*. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.

Sobre a filosofia da linguagem: debates clássicos, conflitos modernos e a virada
linguística contemporânea

PIAUÍ, William de Siqueira Piauí. *Leibniz e Linguagem: línguas naturais, etimologias e história*.
Curitiba: Kotter Editorial, 2019.

Recebido em: 23/01/2024.

Aprovado em: 18/12/2024.